

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Transtejo/Soflusa é uma empresa que assegura, em exclusivo, o transporte coletivo de passageiros entre as duas margens do Rio Tejo, na área metropolitana de Lisboa. Segundos dados do INE, transportou em 2018, 17.636.190 passageiros, sendo fundamental para as deslocações diárias de cerca de 46 mil pessoas.

Desde há alguns anos que o serviço da Transtejo/Soflusa tem vindo a sofrer perturbações, anomalias e sofre diretamente com a falta de investimento profundo em material circulante. Durante este período de pandemia foram várias as viagens suprimidas e os horários reduzidos, por razões que se prendem com a queda na procura, segundo declarações da empresa.

Recentemente, os utilizadores da Transtejo foram informados no passado dia 21 de Outubro que, a partir de dia 26, as ligações fluviais entre o Seixal e Lisboa seriam suspensas por um prazo de 45 dias e que, como alternativa, seriam asseguradas ligações rodoviárias entre os terminais fluviais do Seixal e Cacilhas. É de salientar que a “alternativa” oferecida pela Transtejo agrava em 45 minutos o tempo do percurso, o que naturalmente prejudica os seus utilizadores.

O Bloco de Esquerda repudia este comportamento da Transtejo de suspender as ligações fluviais e de avisar os utentes com cinco dias de antecedência, sem ter consultado as autarquias nem ter tido a preocupação de encontrar soluções alternativas que provocassem o menor transtorno possível aos utentes do serviço, mas também para os próprios trabalhadores da empresa.

É por isso que o Bloco de Esquerda acompanha as exigências apresentadas pelos autarcas e municípios que têm vindo a exigir que a Transtejo suspenda a sua decisão e mantenha em funcionamento as ligações fluviais e com tempo se procure encontrar uma solução alternativa que provoque o menor transtorno possível aos milhares de cidadãos e cidadãs que diariamente cruzam o Tejo. Não é aceitável que esta decisão tenha sido tomada sem tomar em conta os trabalhadores e os utilizadores do serviço, o que denota uma grave falta de planeamento e articulação da tutela, neste caso o Ministério do Ambiente e da Ação Climática, com a empresa

concessionária Transtejo.

Importa, deste modo, clarificar se o Governo está disponível para, junto da empresa Transtejo, exigir o fim da suspensão da travessia e repor as carreiras e horários normais de modo a salvaguardar o bem estar e a segurança no transporte entre as localidades.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento da situação?
2. Considera o Governo suficiente o prazo diminuto de 5 dias escolhido pela Transtejo para notificar o poder local, os trabalhadores e os utilizadores da suspensão das ligações fluviais entre o Seixal e Lisboa?
3. Está o Governo disponível para, junto da empresa Transtejo, exigir o fim da suspensão da travessia e repor as carreiras e horários normais de modo a salvaguardar o bem-estar e a segurança no transporte entre as localidades?

Palácio de São Bento, 4 de novembro de 2020

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)

SANDRA CUNHA(BE)

NELSON PERALTA(BE)